

MídiaCom

DEMOCRACIA

Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Setembro 2006 nº 3

Lozano Rendón, José Carlos y Rebouças, Edgard (2006) **A humanizadora utopia da democratização da comunicação: entrevista a Luis Ramiro Beltrán.** En: *MídiaCom Democracia* (Brasil) no. 3:26-28. (Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação).



Brasil pode comprometer sua cultura se não criar proteção à chegada do conglomerado de Murdoch

Nóvos bárbaros do império

A humanizadora utopia da democratização da comunicação

Luiz Ramiro Beltrán é jornalista, poeta e pesquisador. Natural da Bolívia, aos 76 anos é considerado um dos pioneiros do Pensamento Comunicacional Latino-americano. Por ser filho de jornalistas, começou sua carreira profissional aos 12 anos, tendo atuado também como publicitário, relações públicas, produtor e roteirista de documentários. Após ter trabalhado em várias empresas e órgãos governamentais, fez diversos cursos de capacitação em televisão, cinema, comunicação e educação para o desenvolvimento nas universidades de Michigan, Pensilvânia, Nova York, Massachusetts e Wisconsin.

Na década de 1960, voltou aos Estados Unidos para realizar sua formação de mestrado e doutorado, tendo sido orientado por Everett Rogers e Dávid Berlo. Ao longo dos anos 1970, prestou consultorias para organismos internacionais como OEA, Unesco, FAO, Usaid e Fundação Ford, o que fez com que conhecesse profundamente a realidade de vários países da América Latina. Entre sua longa carreira de serviços prestados à comunicação para o desenvolvimento, o destaque maior foi o assessoramento dado à Unesco para o estabelecimento da América Latina como laboratório para a promoção de políticas democráticas de comunicação, o que deu origem aos debates para a proposta de criação de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic).

A entrevista com Luis Ramiro Beltrán, que reproduzimos integralmente a seguir com a autorização dos autores e editores, foi concedida aos pesquisadores José Carlos Lozano Rendón (professor do Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores de Monterrey - México) e Edgard Rebouças (professor da Universidade Federal de Pernambuco, co-editor da Revista Brasileira de Ciências da Comunicação), e publicada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (RBCC), v. 29, n. 2, jul/dez 2006.

Julho de 2006 marca os 30 anos da Declaração de San José. Naquele momento foram propostas políticas públicas de comunicações para a América Latina, que poderiam servir de laboratório para o resto do planeta. Como ocorreu aquele processo em que o senhor esteve diretamente envolvido como consultor da Unesco?

Luis Ramiro Beltrán – É preciso situar San José em todo um contexto daquela época. A luta dos países não alinhados para tentar uma mudança nos sistemas de comunicações, principalmente em relação ao fluxo comunicacional, chegou a um ponto de confronto direto no início da segunda metade da década, quando a oposição ao mesmo por parte das potências ocidentais se manifestou. Ao longo de 1976, as vozes propiciadoras da nova ordem informativa se fizeram ouvir em Tunis, Nova Delhi, Colombo, Lima e Nairobi, entre outras lugares. Respalhada pelo Grupo dos 77, a proposta inovadora foi acolhida pela Assembléia Geral das Nações Unidas e a Unesco recebeu o mandato de apoiar a criação da nova ordem. Aí sim, em julho de 1976, a Unesco promoveu na Costa Rica a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas Nacionais de Comunicação, em baixo do fogo cerrado da Sociedade Interamericana de Imprensa que se opunha à sua realização. Por meio de uma Declaração e 30 Resoluções, a conferência adotou oficialmente a idéia de promover aquelas políticas e formou bases concretas para sua formulação e aplicação por meio de um consenso social em prol da democratização da comunicação no plano nacional e em âmbito internacional. Em novembro daquele ano, na Conferência Geral da Unesco, realizada por primeira vez fora de sua sede, ocorreu o choque frontal das posições antagônicas. Em 1977, as grandes organizações empresariais e associações profissionais da comunicação do Oci-

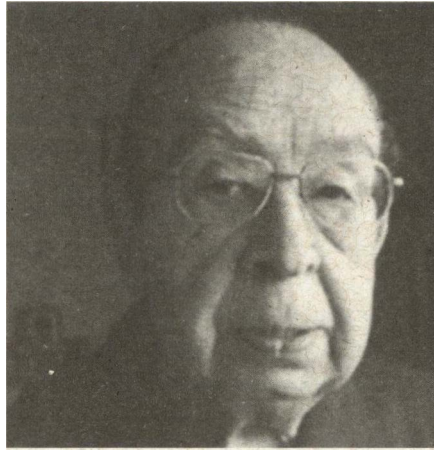
dente iniciaram internacionalmente uma drástica e tenaz campanha contra a idéia da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic) por considerá-la atentatória contra a liberdade de expressão e contrária à democracia. A fogueira cresceu a tal ponto que a Unesco apelou naquele mesmo ano para uma fórmula conciliatória: criou uma Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação, grupo multinacional e pluralista de especialistas que, pelo sobrenome de seu presidente, ficou conhecido simplesmente como a Comissão McBride.

E como foi a aplicação das recomendações de San José pelos governos que assinaram a declaração?

Luiz Ramiro Beltrán – Se nos deivermos na definição que foi proposta em San José, não existem “políticas nacionais de comunicação”. Não existiam antes de 1973 e, por isso, foram sugeridas em 1974 por alguns especialistas e recomendada aos governos em 1976, em San José. No entanto, como a própria Unesco observou no início da década de 1980, os governos que se comprometeram não cumpriram suas próprias recomendações no âmbito de cada país da região. Somente dois deles tentaram. O primeiro foi a Venezuela, logo depois da reunião interministerial; e o segundo, muito depois, foi o México. Ambas as tentativas fracassariam pelo mesmo motivo.

Na Venezuela, o ministro da Informação editou o decreto criando o Conselho Nacional de Políticas de Comunicação, o que foi negociado com os deputados e senadores, principalmente os do partido socialdemocrata do governo. No entanto, apesar de o presidente da época, Carlos Andrés Pérez, ser claramente partidário da idéia, teve que convencer o ministro da Informação a desistir da proposta para não colocar o partido em risco, já que as eleições estavam muito próximas; o ministro foi transferido como embaixador para a Colômbia.

No México, a Secretaria de Informação da Presidência da República realizou debates por quase um ano com uma equipe de especialistas, o que gerou um extraordinário trabalho com instrumentos para formular e aplicar a



“O que frustrou as intenções foi a enorme pressão exercida pelas associações de proprietários de emissoras e de jornais, e pelas agências de publicidade”

política nacional de comunicação. A notícia vazou para um jornal, o presidente exonerou o secretário e decretou o fim das atividades do órgão encarregado de elaborar a proposta. Dessa forma, dois dos países mais influentes da região se distanciaram abruptamente da causa.

O que aconteceu? Em ambos os casos, o que frustrou as intenções foi a enorme pressão exercida pelas associações de proprietários de emissoras e de jornais, e pelas agências de publicidade que os sustentavam com anúncios de inúmeras empresas nacionais e estrangeiras.

Como já haviam feito antes da reunião de San José, opondo-se forte e agressivamente para que sequer fosse realizada, nos casos da Venezuela e do México, optaram por estratégias - mais privadas do que públicas - para não permitirem o nascimento de nenhuma política de comunicação. A pressão dos empresários foi tão grande que nenhum outro governo ousou colocar o tema novamente em debate. O mais lamentável é que as propostas foram derrotadas na obscuridade e no silêncio.

Outro fator de importância decisiva contra a criação de políticas nacionais de comunicação foi o fato de, em meados da década de 1970, a maior parte da região ser dominada por brutais ditaduras militares. Nessa violenta atmosfera, nada propícia à democracia, era pouco lógico esperar que os governantes se interessassem pela democratização da comunicação.

Por último, acredito que outra importante razão para que as políticas de comunicação não chegassem a passar da teoria para a realidade foi o desinteresse da sociedade civil pelo assunto. Que eu saiba, em nenhuma parte da região, nenhuma associação, nem mesmo as mais radicais, adotou a proposta como parte das reivindicações que alimentavam suas lutas. Nenhum partido político colocou as políticas de comunicação em sua plataforma de campanha, agenda de votações ou programa de governo. Nas minhas lembranças, a única instituição da sociedade civil que se identificou com a promoção das políticas de comunicação foi a Igreja Católica; no entanto o tema não chegou aos mais altos escalões da hierarquia eclesiástica, exceto em casos excepcionais.

Pior ainda, nem sequer no meio universitário especializado no ensino e na pesquisa de Comunicação chegou a haver um conhecimento mais amplo da proposta. E o que é mais estranho, nenhuma associação profissional da área levantou a bandeira da causa. Dessa forma, a idéia foi se tornando restrita, digamos, a uma centena de seguidores do mundo acadêmico espalhados por toda a região, a um pequeno grupo de professores e estudantes, e a duas entidades regionais: o Ciespal, do Equador, e o Ipal, do Peru.

Por fim, na própria Unesco, os poucos funcionários comprometidos com a idéia e acostumados a fazerem sua divulgação foram relegados a um segundo plano e substituídos por pessoas sem o mesmo carisma ou mesma habilidade, justamente nas vésperas da reunião intergovernamental de San José da Costa Rica, em 1976.

Como o senhor vê hoje o quadro dos sistemas de comunicações?

– Hoje, mais de um quarto de século do início daquele insólito processo, a resposta

mais direta que se pode dar - infelizmente, mas não surpreendente - é negativa. Para começar, está muito claro que nenhuma, nenhuma mesmo, das propostas de mudança ventiladas com base no ideal da Nomic chegou a se materializar em nenhum lugar. E, o que é pior, não apenas não houve nenhum sinal de melhoria naquela situação que havia sido denunciada, como piorou enormemente.

Diante das novas configurações das práticas comunicacionais e do mercado, o senhor não acredita que tenhamos chegado a um ponto de debater a necessidade de uma nova-Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic)?

Luis Ramiro Beltrán – Sem dúvida nenhuma, acredito sim. Não somente chegou a hora de debater a necessidade de se propor uma nova-Nomic, como já estamos atrasados ao menos uns 15 anos em empreender – coletiva, vigorosa e sistematicamente – essa reflexão para traçar uma ampla estratégia de ação. Os países subdesenvolvidos se mantêm em silêncio e se encontram de braços cruzados diante da angustiante situação provocada pelo neoliberalismo globalizador e hipermercantil que força avassaladoramente a “sociedade da informação” como convém aos países superdesenvolvidos.

Infelizmente, as audazes e precursoras propostas dos anos 1970 – principalmente realizadas no âmbito da Unesco – para dar origem à Nomic não chegaram a se materializar em realidades. A reação das corporações transnacionais de comunicação contra elas foi tão forte e eficaz que conseguiu, primeiramente, diluir, e depois cancelar de vez a deliberação, e garantiram assim a perpetuação incontestável de sua hegemonia imperial. De fato, a forma e o grau que tal hegemonia alcançou nos dias de hoje são muito maiores. Os Estados Unidos, os países da União Européia e o Japão concentram em suas mãos 90% da produção mundial de bens e serviços informativos. Desta forma, estamos longe de ver uma redução do abismo entre tais países e os nossos.

Por isso mesmo, hoje mais do que nunca é necessário uma ação conjunta e resolvida para que os países subde-

envolvidos levantem novamente suas bandeiras de combate pela igualdade e pela independência. Essa ação tem que ser encabeçada por líderes políticos e dirigentes da sociedade civil (sindicais, estudantis, culturais, acadêmicos, religiosos etc.). E cabe aos comunicadores comprometidos com as idéias de mudanças justas – representados por um grupo formal e estável de suas principais associações internacionais – promover e orientar com coragem a nova insurgência e a reposição da vontade de luta pela recuperação de um ideal.

Será que corremos o risco de mais uma vez a utopia ser considerada como ingênua, se não insensata? Certamente que sim. Porque, como nos ensinou o brilhante educador brasileiro Paulo Freire, o utópico não é o idealista inalcançável, mas o dialético que denuncia a estrutura desumanizante e anuncia a humanizadora.

Como o senhor observa atualmente a pesquisa em Comunicação na América Latina? O senhor acha que são ainda seguidos os caminhos que mostrou em direção à adaptação de metodologias de outras escolas à realidade e à complexidade dos fenômenos da região?

Luis Ramiro Beltrán – Lamento que minha impressão seja negativa. Acredito que, lamentavelmente, nossa pesquisa continua sendo feita, em geral, com “viseiras de cavalo” que nos impedem de ver nossas realidades. Parece que na maioria dos casos aqueles que fazem pesquisas continuam as fazendo

“Hoje mais do que nunca é necessário uma ação conjunta e resolvida para que os países subdesenvolvidos levantem novamente suas bandeiras de combate pela igualdade e pela independência”

mais que tudo em função de premissas, objetos e métodos estrangeiros. Chegaria a dizer que não há sequer mais um mínimo de espírito crítico e aptidão criativa; é preferível adotar cegamente do que adaptar criativamente.

Não tenho nenhuma informação de algum inventário analítico da pesquisa em Comunicação de nossa região nos últimos tempos. Quem sabe tal carência se deva ao fato de ter aumentado muito o número de estudos produzidos de meados dos anos 1970 até meados dos anos 2000, devido principalmente ao aumento das faculdades de Comunicação, que já passaram de mil e exigem de seus estudantes pesquisas em forma de monografias. Além disso, não tem aumentado na América Latina o número de associações e de entidades que se especializem em pesquisas sobre Comunicação. Sem dúvida, resenhas baseadas em amostras poderiam nos dar, ao menos, algumas valiosas pistas sobre a situação.

Os indícios que existem do ponto de vista qualitativo não são nada animadores. Recordo-me que, há alguns anos, o ilustre colega José Marques de Melo – incansável analista dos estudos de Comunicação da região e fiel guardião da pesquisa crítica latino-americana - manifestou claramente seu desencanto pela atitude que prevalecia entre os estudantes de se voltarem para o esplendor universal do mercado. Ele se referia, se me lembro bem, ao desinteresse deles pela natureza e pelo estado da sociedade, à acriticidade conformista e à indiferença diante da dominação interna e da dependência exterior. E a observação do analista boliviano Alfonso Gumucio concorda com isso, quando diz que somente um punhado daquelas mais de mil faculdades ensinam comunicação para o desenvolvimento.

Como fazer para mostrar às novas gerações de pesquisadores e comunicadores que “não podemos jamais renunciar à utopia”?

Luis Ramiro Beltrán – Acredito que seria de responsabilidade da Alaic, da Felafacs, da Intercom, do Ininco, assim como do Ciespal, constituir um comitê de coordenação que estude o problema e formule uma proposta para um programa de ação conjunta que vise solucionar tal problema.